

MEIO AMBIENTE Ambientalistas discordam das propostas apresentadas pelo deputado federal Aldo Rebelo

Grupo faz passeata contra novo Código Florestal

DANIELE RICCI

daniele@ppjournal.com.br

Piracicaba integra a mobilização nacional SOS Florestas contra alterações propostas pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB) ao Código Florestal Brasileiro. Amanhã, às 13h20, um grupo de estudantes e ambientalistas realiza passeata,

saindo do prédio central da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) até a Câmara de Vereadores de Piracicaba, onde será entregue uma carta solicitando aos parlamentares locais um posicionamento oficial em relação às mudanças do substitutivo apresentado pelo deputado ao projeto de lei 1.876/99. O documento também será encaminhado, com o mesmo intuito, à congregação da Esalq.

O percurso inclui a praça José Bonifácio, onde os participantes distribuirão cartilhas com informações sobre os principais pontos abordados pelo projeto e a defesa dos motivos para que o substitutivo seja descartado pe-

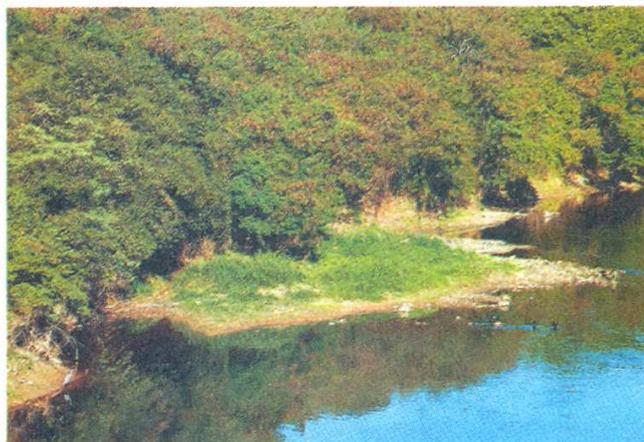
los parlamentares federais.

O Código Florestal, um conjunto de leis que ordena a ocupação e a preservação de florestas e outras áreas naturais no país, voltou a ser discutido em Brasília. O movimento de reforma do código é antigo, já recebeu diversas propostas desde sua criação, em 1965, mas recentemente houve pressão para instaurar uma comissão parlamentar, que teve Rebelo como relator. Entre as propostas do deputado, há incentivo à ocupação de áreas de risco como encostas de morros e margens de rios, e diminuição de 30 para 15 metros a APP (Área de Preservação

Permanente) das nascentes.

De acordo com o gestor ambiental Rafael Jó Girão, um dos diretores da ONG (Organização Não-Governamental) piracicabana Florespi — que integra o SOS Florestas —, o documento é tendencioso e beneficia a bancada ruralista. “Alguns pontos do código precisam ser reanalisados, em outros houve um avanço, mas para a reforma evoluir é necessário que a sociedade em geral seja consultada”, disse.

**Para ONGs,
documento
é tendencioso
e beneficia
ruralistas**



Pauléo/JP

Projeto reduz tamanho de APPs e pode gerar mais enchentes

Segundo a Florespi, na prática, as mudanças na legislação vão aumentar o desmatamento, a emissão de gases, acarretarão problemas ao abastecimento de água nas áreas urbanas, deslizamentos de terra e enchentes, além de enfraquecer as leis de proteção da Amazônia, Mata Atlântica, cerrado e a caatinga.

No site de Rebelo, o deputado defende que o projeto de lei representa um pacto possível para que o Brasil concilie a necessidade de preservação da vegetação nativa e a consolidação das atividades produtivas. Ele indica que o projeto atualiza o código e ga-

rante o percentual de preservação dos 61,5% de cobertura florestal do território brasileiro, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente.

A situação enfrentada pelo setor produtivo também é preocupação do deputado, segundo quem as sucessivas alterações no código original “colocaram praticamente toda a agricultura e pecuária na ilegalidade”. “A desinformação na sociedade é grande. O Código Florestal não é uma briga entre ambientalistas e ruralistas, a proteção do meio ambiente e da agricultura é uma necessidade do país”, defende.